

Negociar com todos os credores

GAZETA MERCANTIL 27 SET 1990

por Claudia Safatle
de Washington

"Esta será uma negociação complexa, como uma tapeçaria, onde ao final todos os fios têm que se unir." Nessa observação do embaixador extraordinário para renegociação da dívida externa, Jório Dauster, está a essência da proposta que o governo brasileiro deixou com o presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, para o refinanciamento da dívida oficial, estratégia que balizará, também, a negociação com os bancos credores nos dias 10, 11 e 12 de outubro, em Nova York. O bolo de dinheiro é um só — chama-se capacidade de pagamento —, quanto mais um determinado segmento de credores receber, menos sobrá para os demais.

Os vencimentos da dívida junto ao Clube de Paris, em três anos (90, 91 e 92), representarão uma média anual de US\$ 4,5 bilhões. O Brasil propôs a Trichet "remover esse carço" de

concentração de vencimentos, como expressou Dauster, de maneira que os desembolsos anuais caiam para a casa dos US\$ 500 milhões, em média. Trichet pediu mais tempo para analisar as propostas brasileiras, de alongamento de prazos e refinanciamento dos juros (inclusive os atrasados), e não marcou uma nova data para continuar as conversações e deixou claro que as negociações efetivas com o Clube de Paris só começam depois de aprovado o acordo "stand-by" do Brasil com o Fundo Monetário Internacional — o que, aliás, é uma norma daquela instituição.

Esse é o centro da estratégia da negociação externa brasileira e, como assegurou a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, em entrevista ontem na sede da embaixada brasileira em Washington, "a nossa posição está bem definida. Viemos com ela e voltamos com ela". Presões dos bancos privados e dos governos dos sete países industrializados representados no Grupo dos Sete não teriam abalado a determinação do governo brasileiro, que, segundo a ministra, "tem rumo firme e, parafraseando uma antiga frase, não há ventos quando o rumo é certo".

Tudo está entrelaçado. Se o Clube de Paris não quiser aceitar a proposta brasileira de reduzir os pagamentos anuais, sobrá menos para pagar aos bancos privados. Se o Fundo Monetário Internacional não aprovar o acordo brasileiro e, portanto, não desembolsar os US\$ 2 bilhões estimados no bojo do "stand-by", também sobrá menos para pagar o Clube de Paris e os bancos comerciais. Neste ano, os desembolsos ao FMI totalizam cerca de US\$ 1 bilhão. Em 1991, essa cifra cai para US\$ 800 milhões, perfazendo, assim, quase o total do montante do empréstimo do próprio FMI ao Brasil.

Aos bancos privados o governo brasileiro — representado pelo embaixador Jório Dauster e pelo secretário de Política Econômica, Antônio Kandir — apresentará, no dia 10 de outubro, uma exposição da economia brasileira, combinada com a palavra estratégica "capacidade de pagamento", cujo conceito é dinâmico; no dia 11 fará as propostas, tendo como base vários cenários, que

considerariam, inclusive, os possíveis desdobramentos da crise do golfo Pérsico e que altera a "capacidade de pagamento"; e, no dia 12, espera receber as reações preliminares dos credores. Um cronograma que, segundo a ministra Zélia Cardoso de Mello, não inclui pagamentos antecipados dos juros atrasados. "Uma sugestão forte (para um 'token-payment') não foi ouvida, ainda", garantiu a ministra.

(Ver página 17)

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, assinou ontem em Washington um contrato de financiamento com o Banco Mundial para um programa de serviço e saúde básica no Nordeste do País. O financiamento é de US\$ 267 milhões e vai beneficiar 12 milhões de crianças e mulheres da zona rural de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia. A ministra também informou os outros projetos negociados com o banco para 1991.

(Ver página 17)